

Editorial


Acesso Aberto e Democratização do Saber: garantia do direito humano de beneficiar-se do progresso científico

Open Access and the Democratization of Knowledge: Guaranteeing the Human Right to Benefit from Scientific Progress

Acceso Abierto y Democratización del Saber: Garantía del Derecho Humano de Beneficiarse del Progreso Científico

Sandra Mara Campos Alves¹


Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, DF.

 <https://orcid.org/0000-0001-6171-4558>

✉ smcalves@gmail.com

Jarbas Ricardo Almeida Cunha²

Defensoria Pública da União, Porto Alegre, RS.

 <https://orcid.org/0000-0001-5332-2642>

✉ jarbas.ricardo@yahoo.com.br

Marcelo Lamy³

Universidade Santa Cecília, Santos, SP.

 <http://orcid.org/0000-0001-8519-2280>

✉ marcelolamy@unisanta.br

Edith Maria Barbosa Ramos⁴

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

 <https://orcid.org/0000-0001-6064-1879>

✉ edith.ramos@ufma.br

Submissão em: 19/03/25

Aprovação em: 20/03/25

Resumo

O direito humano de participar e desfrutar do progresso científico, suas aplicações e benefícios, é reconhecido pela comunidade internacional desde 1948. Os periódicos científicos desempenham papel relevante na difusão e democratização do conhecimento produzido, contribuindo diretamente com o avanço da ciência e com a efetivação do direito humano de beneficiar-se do progresso científico. No aspecto do Direito à Saúde o compartilhamento do conhecimento tem um papel de relevo, vez que os enfrentamentos de demandas de saúde reivindicam ações coletivas e cooperação global pela própria natureza da saúde, interconectada às pessoas, condições sociais, meio ambiente e que muitos desses desafios estão diretamente relacionados ao processo de globalização. O financiamento da Ciência voltada à prática editorial responsável e que siga os preceitos da Ciência Aberta é primordial para o

¹ Doutora em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Pesquisadora em Saúde Pública. Coordenadora do Programa de Direito Sanitário, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, DF, Brasil.

² Doutor em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Analista Técnico de Políticas Sociais, Defensoria Pública da União, Porto Alegre, RS, Brasil.

³ Doutor em Direito Constitucional, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Professor, Universidade Santa Cecília, Santos, SP, Brasil.

⁴ Doutora em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil. Professora, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil.

desenvolvimento de estudos e pesquisas e para o direito humano de beneficiar-se desse progresso científico.

Palavras-chave: Publicação de Acesso Aberto; Direito Sanitário; Saúde Global.

Abstract

The human right to participate in and enjoy scientific progress, its applications, and benefits has been recognized by the international community since 1948. Scientific journals play a crucial role in the dissemination and democratization of knowledge, directly contributing to the advancement of science and the realization of the human right to benefit from scientific progress. Regarding the Right to Health, knowledge sharing is particularly significant, as addressing health challenges requires collective actions and global cooperation due to the interconnected nature of health, social conditions, the environment, and globalization-related issues. Funding science that supports responsible editorial practices and follows the principles of Open Science is essential for the development of studies and research, ensuring the human right to benefit from scientific progress.

Keywords: Open Access Publishing; Health Law; Global Health.

Resumen

El derecho humano a participar y disfrutar del progreso científico, sus aplicaciones y beneficios ha sido reconocido por la comunidad internacional desde 1948. Las revistas científicas desempeñan un papel crucial en la difusión y democratización del conocimiento, contribuyendo directamente al avance de la ciencia y a la materialización del derecho humano a beneficiarse del progreso científico. En lo que respecta al Derecho a la Salud, el intercambio de conocimientos es especialmente relevante, ya que el abordaje de los desafíos sanitarios exige acciones colectivas y cooperación global debido a la naturaleza interconectada de la salud, las condiciones sociales, el medio ambiente y los problemas derivados de la globalización. La financiación de la ciencia orientada a prácticas editoriales responsables y alineadas con los principios de la Ciencia Abierta es fundamental para el desarrollo de estudios e investigaciones, garantizando el derecho humano a beneficiarse de este progreso científico.

Palabras clave: Publicación de Acceso Abierto; Derecho Sanitario; Salud Global.

O direito humano de participar e desfrutar do progresso científico, suas aplicações e benefícios, é reconhecido nos documentos internacionais desde 1948, com a publicação da Declaração Universal de Direitos Humanos⁽¹⁾, e reafirmado no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais⁽²⁾ – PIDESC, de 1966.

Os periódicos científicos desempenham papel relevante na difusão e democratização do conhecimento produzido, contribuindo diretamente com o avanço da ciência e com a efetivação do direito humano de beneficiar-se do progresso científico. Esse ciclo virtuoso é reconhecido por Meadows⁽³⁾, para quem comunicar os resultados ocupa papel tão relevante quanto a própria pesquisa, vez que amplifica o alcance da atividade científica.

No aspecto do Direito à Saúde o compartilhamento do conhecimento tem um papel de relevo, vez que alcançar o conceito ampliado de saúde albergado na Constituição⁽⁴⁾ da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 1946, é tarefa hercúlea, e que necessita não apenas da intervenção do Estado, mas da cooperação internacional para a sua realização. Henk ten Have, em texto publicado no Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário – CIADS, intitulado *Global health and global bioethics*⁽⁵⁾, destaca que os enfrentamentos de demandas de saúde reivindicam ações coletivas e cooperação global pela própria natureza da saúde, interconectada às pessoas, condições sociais, meio-ambiente e que muitos desses desafios estão diretamente relacionados ao processo de globalização.

Em 2021, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco publicou a Recomendação sobre Ciência Aberta⁽⁶⁾, definindo-a como:

[...]um construto inclusivo que combina vários movimentos e práticas que têm o objetivo de disponibilizar abertamente conhecimento científico multilíngue, torná-lo acessível e reutilizável para todos, aumentar as colaborações científicas e o compartilhamento de informações para o benefício da ciência e da sociedade, e abrir os processos de criação, avaliação e comunicação do conhecimento científico a atores da sociedade, além da comunidade científica tradicional.

Ainda nos termos da Recomendação da Ciência Aberta da Unesco⁽⁶⁾, o conhecimento científico aberto se refere, entre outros, ao livre acesso às publicações científicas divulgadas em plataformas *on line* de acesso aberto e que são “apoiados e mantidos por uma instituição acadêmica, [...] órgão do governo [...] bem estabelecida e dedicada ao bem comum que permite acesso aberto, distribuição irrestrita, interoperabilidade e preservação e arquivamento digital de longo prazo”.

O CIADS vem, desde 2012, atuando incansavelmente para ser um espaço de democratização e acesso de conhecimento e pesquisas produzidas na área do Direito Sanitário estando presente nas bases de 16 indexadores nacionais e internacionais. Um reconhecimento importante desse trabalho foi a obtenção do ‘selo Diamante’ em 2024, concedido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibiict/Miguilim aos periódicos que seguem rigorosos padrões internacionais de ciência aberta e acesso livre à informação científica, garantindo que todo o conteúdo esteja disponível gratuitamente para pesquisadores, gestores públicos, estudantes e a sociedade em geral.

Ainda como demonstração das ações voltadas à ampliação ao acesso às pesquisas e estudos na área, o CIADS, também em 2024, inovou ao adotar a tradução para o inglês de todos os artigos aprovados para publicação, sem custos para o autor, e, introduziu a marcação XML em seus artigos, garantindo a preservação e integridade do conteúdo a longo prazo.

O cotidiano dessa atividade editorial envolve etapas complexas desde a submissão dos manuscritos, avaliação por pares, revisão, editoração, tradução, até sua publicação e disseminação. Ademais, ações contínuas específicas exigidas pelos indexadores, monitoramento de métricas, comunicação com o autor/usuário, ações de divulgação científica e a indispensável divulgação, demandam a presença e dedicação de uma equipe com expertise consolidada e conhecimento dos processos e fluxos editoriais. No caso do CIADS, todas essas ações se dão sem qualquer pagamento, pelos autores, de taxa de submissão, publicação e tradução, prática que se alinha à Política de Acesso Aberto da Fundação Oswaldo Cruz⁽⁷⁾, recentemente atualizada e que em sua diretriz de número 3, incluiu a previsão e alocação de recursos orçamentários “destinados a promoção e manutenção das iniciativas de Ciência Aberta na instituição”.

O financiamento da Ciência para o desenvolvimento da humanidade⁽⁸⁾, título do editorial do CIADS publicado em 2021, já abordava o papel decisivo do investimento dedicado à ciência, tecnologia e inovação e sua relação com o crescimento não apenas econômico, mas também social, redução de desigualdades e melhoria da qualidade de vida.

E, em tempos de comportamentos predatórios de alguns veículos de comunicação científica e estabelecimento de taxas de processamento de artigos imorais, o CIADS inicia o ano de 2025 reafirmando seu compromisso com a Ciência Aberta e garantindo, por meio de suas ações, o acesso integral ao seu conteúdo de modo público e gratuito, contribuindo assim para o desenvolvimento dos

estudos e pesquisas em Direito Sanitário e para o direito humano de beneficiar-se desse progresso científico.

Conflito de interesses

Os autores declaram que não há conflito de interesses.

Contribuição dos autores

Alves SMC contribuiu para a revisão crítica de seu conteúdo e aprovação da versão final. Cunha JRA contribuiu para a concepção/desenho do artigo, análise e interpretação de dados, redação do artigo, revisão crítica de seu conteúdo e aprovação da versão final. Lamy M contribuiu para análise e interpretação de dados, redação do artigo, revisão crítica de seu conteúdo e aprovação da versão final. Ramos EMB contribuiu para análise e interpretação de dados, redação do artigo, revisão crítica de seu conteúdo e aprovação da versão final.

Equipe editorial

Editora científica: Alves SMC

Editor assistente: Cunha JRA

Editores associados: Lamy M, Ramos E

Editor executivo: Teles G

Assistente editorial: Rocha DSS

Revisora de texto: Barcelos M

Referências

1. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948. ONU [Internet]; [citado em 2 mar. 2025]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>
2. Organização das Nações Unidas. Derechos Económicos, Sociales y Culturales 1966. Naciones Unidas [Internet]; [citado em 2 mar. 2025]. Disponível em: <https://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx>
3. Meadows AJ. A comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.
4. Organização Mundial da Saúde. Constitution of The World Health Organization. [Internet]; [citado em 2 mar. 2025]. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf?ua=1>
5. Ten Have H. Global health and global bioethics. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário [Internet]. Jul./set. 2021 [citado em 2 mar. 2025]; 10(3):50-65. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/777>
6. Unesco. Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta. UNESCO Digital Library [Internet]. 2022 [citado em 2 mar. 2025]. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_p0r
7. Fundação Oswaldo Cruz. Política de Acesso Aberto da Fiocruz: versão atualizada em 2024 [Online]. RJ: Fiocruz, 2025 [citado em 2 mar. 2025]. Disponível em: <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/sites/default/files/Pol%C3%ADtica%20de%20Acesso%20Aberto%20Fiocruz%20-%20vers%C3%A3o%20atualizada%202024.pdf>
8. Alves SMC. O financiamento da Ciência para o desenvolvimento da humanidade. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário [Internet]. Out./dez. 2021 [citado em 2 mar. 2025]; 10(4):08-10. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/858>

Como citar

Alvez SMC, Cunha JRA, Lamy M, Ramos EMB. Acesso Aberto e democratização do saber: garantia do direito humano de beneficiar-se do progresso científico. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário. 2025 Jan./mar.;14(1):8-12
<https://doi.org/10.17566/ciads.v14i1.1361>

Copyright

(c) 2025 Sandra Mara Campos Alves, Jarbas Ricardo Almeida Cunha, Marcelo Lamy, Edith Maria Barbosa Ramos.

